

LEONARDO MOTA NETO

Omissão leva Congresso ao descrédito público

BRASÍLIA — Quem está viajando pelo Brasil, conversando aqui e ali com os variados segmentos da população, tem colhido as mais severas críticas à atuação do Congresso Nacional. Essa marca é constante em todas as regiões do País, e não depende de classe social. Escândalos como esse mais recente, do Instituto de Previdência dos Congressistas, são a epiderme de um processo mais danoso, que corrói por dentro o espírito de classe do parlamentar e depaupera o espírito de corpo da instituição.

O presidente Sarney foi obrigado a editar uma medida provisória, em confronto direto com o meio sindical, porque o Congresso se demitiu de suas prerrogativas, tão arduamente reconquistadas, em não regulamentar a legislação complementar das greves. Antes, o Congresso já se havia omitido no episódio da demissão dos funcionários públicos, e agido em contrário aos interesses do Poder Executivo no restabelecimento das empresas estatais, autarquias extintas, independentemente do mérito de cada uma.

Essas atitudes desavindas calaram muito mal na opinião pública. Se não bastassem os problemas usuais do Legislativo, como de cobrança das presenças dos funcionários, e discussão constrangedora sobre proventos dos parlamentares — enquanto os trabalhadores se debatem com os empresários para reconquistar migalhas do poder aquisitivo perdido — o Congresso não funciona a contento, na produção legislativa, imerso em atendimentos paroquiais e corriqueiros.

Também na produção de fatos políticos pouco se tem de objetividade num Congresso transformado em câmara de rumores e intrigas. Os governadores tomaram para si — e para os estados longe de Brasília — a iniciativa de geração de fatos políticos que deveria ser apanágio dos gabinetes das lideranças e dos plenários do Congresso.

A rigor, os partidos políticos, instalados dentro dos limites do Congresso Nacional, quando deveriam ter vida própria como pede a moralidade dos gastos públicos — já que partido não é segmento parlamentar — tratam tão-somente dos interesses de seus líderes, mas pouco contribuem para melhorar a eficiência da produção legislativa. Não há notícia de senários ou ciclos de debate promovidos pelos partidos, sobre esse tema.

A opinião pública recebe tais sinais de estiolamento da atividade parlamentar fazendo do Poder Legislativo uma imagem pior que a do Executivo. É uma façanha, mas é verdade. O Governo, tem passado pelo menos a impressão de que está lutando para aprovar medidas que hoje dependem exclusivamente do Congresso.

As conseqüências desses processos poderão ser sentidas em pouco tempo, mas na renovação dos mandatos parlamentares, em 90, é que toda a sua extensão será medida. Neste ano eleitoral, quase nenhuma contribuição mais efetiva dele será gerada, pelo próprio envolvimento dos políticos na sucessão. No próximo, os políticos estarão se adaptando ao novo Governo eleito, e passarão nessa faina vários meses até a eleição para renovação de um terço do Senado e de toda a Câmara. Será o momento da cobrança.